

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Bandeira vermelha é acionada, e conta de luz subirá em agosto	2
Título: Governo revê alta do imposto sobre etanol.....	3
Título: Usiminas reverte prejuízo e lucra R\$ 176 milhões	4
Título: Notas	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Eletrobras vê como positiva proposta de privatizar hidrelétricas	6
Título: Conta de luz fica mais cara com cobrança de taxa extra.....	7
Título: Governo revê aumento e reduz tributo no etanol por litro	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Conta de luz vai ficar mais cara em agosto.....	10
Título: Governo reduz reajuste de imposto sobre o etanol	11
Título: Perdemos uma oportunidade.....	13
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	15
Título: Luz mais cara em agosto	15
Título: Governo reduz tributo do etanol.....	16

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Bandeira vermelha é acionada, e conta de luz subirá em agosto**

Com poucas chuvas, taxa será cobrada para custear termelétricas.

A conta de luz de todos os brasileiros ficará mais cara em agosto. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que a bandeira tarifária que será aplicada nas contas de energia no próximo mês será vermelha. Ou seja, haverá cobrança extra de R\$ 3 a cada cem quilowatts-hora (kWh) consumidos.

A bandeira vermelha é ativada quando é preciso acionar mais usinas termelétricas, devido à falta de chuvas. Os consumidores devem intensificar o uso eficiente de energia elétrica e combater os desperdícios neste período, para compensar a sobretaxa, recomendou a Aneel.

A situação dos reservatórios, um dos itens que compõem a tarifa de energia, é mais preocupante no Nordeste. Na região, os reservatórios operam com 15,56% da capacidade. No Sudeste e no Centro-Oeste, juntos, o nível de armazenamento está em 38,8%. No Sul, a situação é mais tranquila: 72,81%. Os patamares são inferiores aos registrados no fim de junho, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

TARIFA RECUOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES

A bandeira vermelha ocorre num momento em que a conta de luz estava dando um fresco às famílias, após dois anos de efeitos do chamado tarifaço. Nos últimos 12 meses, segundo os dados do IBGE, a energia elétrica, na média das principais regiões metropolitanas do país, recuou 5,82%. Foi um dos principais motivos para o IPCA baixo de junho, após alta média de 8,98% em maio, devido à concentração de reajustes anuais das distribuidoras.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 como forma de recompor os gastos extras com a utilização de energia de usinas termelétricas, que é mais cara do que a de hidrelétricas. A cor da bandeira é impressa na conta de luz (vermelha, amarela ou verde) e indica o custo da energia em função das condições de geração de eletricidade.

Quando chove menos, por exemplo, os reservatórios das hidrelétricas ficam mais vazios e é preciso acionar mais termelétricas para garantir o suprimento de energia no país. Nesse caso, a bandeira fica amarela ou vermelha, de acordo com o custo de operação das termelétricas acionadas.

O último mês em que a bandeira vermelha foi acionada foi em maio. Em julho, a bandeira tarifária foi amarela, com cobrança extra de R\$ 2 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. No mês de junho, a bandeira ficou verde, portanto sem custos adicionais ao consumidor.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura e Ramona Ordonez

Título: Governo revê alta do imposto sobre etanol

Alíquota será reduzida em R\$ 0,085, após pressão de usineiros.

O governo federal decidiu ontem reverter parte do aumento do PIS/Cofins sobre o etanol, anunciado na semana passada. A alíquota do imposto cobrado no álcool combustível ao distribuidor foi reduzido de R\$ 0,1964 para R\$ 0,1109 real por litro. Com a mudança, o governo vai deixar de arrecadar cerca de R\$ 500 milhões neste ano, de acordo com o Ministério da Fazenda.

A redução foi de R\$ 0,085. Mas, nas bombas, o preço do etanol pode variar. O decreto que revê as alíquotas foi publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União e não atinge o aumento de PIS/Cofins sobre gasolina e diesel, também anunciado na semana passada. Assim, a expectativa de arrecadação do governo com o tarifaço caiu de R\$ 10,4 bilhões para R\$ 9,9 bilhões neste ano.

A nova tributação atende ao apelo do setor sucroalcooleiro, que passou a pressionar o governo nos últimos dias por esse recuo. As usinas argumentaram que o aumento anunciado pelo governo era ilegal, uma vez que a legislação determina que as alíquotas não podem ser superiores a 9,25% do preço médio de venda do etanol nos postos de combustíveis.

O Ministério da Fazenda alegou que, agora, teve acesso a "uma informação mais atualizada"; e com isso ajustou a alíquota do imposto. Quando o aumento na tributação foi publicado, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), entidade que representa os produtores de etanol, disse que a mudança tributária reduziria a competitividade do álcool sobre a gasolina.

GLP INDUSTRIAL É REAJUSTADO

Já a Petrobras aumentou ontem os preços do GLP industrial em suas refinarias, entre 7,8% e 8,4%, dependendo da localização da central de distribuição da estatal. As distribuidoras foram comunicadas ontem à tarde, e o reajuste vale a partir de hoje.

De acordo com Sérgio Bandeira de Mello, presidente do Sindigás, que reúne as empresas distribuidoras, com o novo reajuste, o produto — que é vendido em vasilhames acima de 20 quilos para indústria e comércio — passará a ter um preço 46% superior ao produto no mercado externo. Para Bandeira de Mello, a alta vai impactar "justamente setores que precisam reduzir custos":

— É preocupante porque o setor esperava que a Petrobras teria uma única política de preços para os dois produtos (industrial e residencial). Com o novo aumento, o GLP industrial está 70% maior do que o residencial.

As vendas de GLP industrial representam 29% do mercado de GLP. Os outros 71% se referem ao GLP Residencial (botijão de 13 quilos), conhecido como gás de cozinha. A Petrobras anunciou recentemente uma política de preços do GLP residencial, com revisão todo dia 5. O preço doméstico hoje é cerca de 18% inferior ao praticado no exterior, segundo o Sindigás.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Usiminas reverte prejuízo e lucra R\$ 176 milhões

Ações sobem 1,99% e empresa promete acelerar investimentos no segundo semestre

A Usiminas, maior produtora de aços planos do Brasil em capacidade, teve lucro líquido de R\$ 176 milhões no segundo trimestre, revertendo o prejuízo de R\$ 123 milhões do mesmo período do ano passado, beneficiada por volumes maiores de vendas e preços mais altos. Com o resultado, as ações da siderúrgica fecharam em alta de 1,99%, cotadas a R\$ 5,12.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado foi de R\$ 750 milhões, enquanto no segundo trimestre do ano passado havia sido de R\$ 68 milhões.

Com a melhora no desempenho, a Usiminas deve acelerar investimentos no segundo semestre em relação à primeira metade do ano, diante de preparativos para religamento do alto-forno no início de 2018, afirmou o vice-presidente financeiro da companhia, Ronald Seckelmann.

— O investimento para o ano continua indicando R\$ 250 milhões a R\$ 300 milhões, vai haver uma aceleração forte agora no segundo semestre — disse Seckelmann, em teleconferência com analistas.

No primeiro semestre, a Usiminas investiu R\$ 57 milhões. O executivo lembrou que o religamento do alto-forno 1 da usina de Ipatinga, em Minas Gerais, vai consumir investimentos de R\$ 80 milhões. A expectativa é que o equipamento volte a operar em abril de 2018.

O presidente da companhia, Sergio Leite, comentou durante a teleconferência que a Usiminas, controlada pelos grupos Nippon Steel e Ternium, está se preparando para iniciar estudos de planejamento estratégico de longo prazo, algo que até recentemente havia sido interrompido em função das sucessivas mudanças de gestão e da situação anterior de fragilidade financeira. Segundo Leite, o planejamento "vai levar meses e meses"

Leite, que assumiu a presidência da Usiminas no fim de março, afirmou que o atual cenário de preços de aços planos no Brasil é de elevação em razão dos preços nos mercados internacionais e do câmbio. A companhia anunciou este mês aumento de cerca de 11% nos preços para o setor distribuidor. Em razão da escassez de demanda interna, a Usiminas opera com nível de ociosidade de 40%

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Vida que segue

A prisão de Aldemir Bendine, último presidente da Petrobras na gestão Dilma, fez o atual presidente, Pedro Parente, mandar mensagem aos funcionários da grande estatal lamentando os problemas causados pelo "ex-dirigente." Afirmou que, hoje, "a nossa empresa se encontra em patamar completamente diferente".

E completa...

"Não vamos perder o foco em função dessas notícias lamentáveis. A Petrobras é cada um de nós". Termina a mensagem lembrando que a estatal continua sendo motivo de orgulho de todos os brasileiros. É verdade.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Reuters****Título: Eletrobras vê como positiva proposta de privatizar hidrelétricas**

O presidente da estatal Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., disse que a proposta do governo federal de permitir privatizações de hidrelétricas antigas da companhia, que operam em um chamado "regime de cotas", com tarifas baixas, é positiva para a companhia e pode gerar ganhos também para o consumidor.

A medida consta de propostas para uma reforma que o governo pretende promover no setor elétrico entre o segundo semestre e o início de 2018, e, segundo Ferreira, a Eletrobras começa a avaliar o assunto ainda nesta sexta-feira (28), em reunião do Conselho de Administração.

O executivo disse que a venda dos ativos é uma alternativa favorável, principalmente dado que a Eletrobras hoje tem custos de em média R\$ 40 por megawatt-hora para operar essas usinas, enquanto o "regime de cotas" prevê o repasse da produção de energia às distribuidoras por preços entre R\$ 30 e R\$ 40 por megawatt-hora.

Pela proposta do governo, após a privatização a energia das hidrelétricas poderá ser vendida pelos novos donos dos ativos a preços de mercado, bem mais elevados, na casa dos R\$ 200 por megawatt-hora, em um processo que vem sendo chamado de "descotização".

"Sou favorável porque a descotização pode trazer um benefício ao consumidor e para nós... É positivo porque temos cotas com custo operacional superior à receita com essas cotas. Passamos a ter uma opção nova", disse Ferreira, após participar de evento na Fundação Getulio Vargas na noite desta quinta-feira (27).

A Eletrobras ficaria com um terço dos ganhos com as vendas, enquanto Tesouro e consumidores de energia dividiriam o resto dos recursos, pela proposta do Ministério de Minas e Energia, que ainda está em discussão com a equipe econômica.

Mas membros do governo já admitiram que pode haver ainda um repasse maior de recursos ao Tesouro, eventualmente com o compromisso de uma posterior capitalização da Eletrobras.

Segundo o presidente da estatal, ainda é prematuro apontar quais usinas poderiam ser descotizadas e eventualmente privatizadas no futuro, mas ele

ressaltou que a lista de ativos elegíveis ao processo envolve mais de 20 usinas com capacidade cerca de 14 mil megawatts.

O executivo afirmou ainda que a venda dos ativos pode ser importante para que a Eletrobras cumpra sua meta de operar em 2018 com custos iguais à receita.

"A descotização pode trazer um valor positivo à companhia, vamos avaliar", disse.

ATRASO NAS DISTRIBUIDORAS

O presidente da Eletrobras disse ainda que a estatal começará na próxima segunda-feira uma discussão mais aprofundada com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) sobre o modelo para a venda de suas distribuidoras de energia que atuam no Norte e Nordeste, e que a companhia prevê privatizar ainda neste ano.

Ele admitiu, no entanto, que as discussões com o banco estatal, que vai apoiar os processos de privatização, deveriam ter começado ainda no início de julho.

Ainda assim, o executivo garante que o leve atraso no cronograma não vai impedir a estatal de cumprir sua meta de vender todas as distribuidoras ainda em 2017.

"A primeira reunião para falar da modelagem e do valuation deveria ter sido no começo de julho, mas vai acontecer só na segunda-feira. O plano básico de venda era novembro, mas dezembro ainda é 2017. Não vai ficar para o ano que vem, não", afirmou Ferreira.

As distribuidoras da Eletrobras são fortemente deficitárias e operam no Acre, Alagoas, Amazonas, Rondônia, Roraima e Piauí.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Conta de luz fica mais cara com cobrança de taxa extra

A conta de luz dos brasileiros terá cobrança de extra em agosto, a chamada bandeira tarifária.

A informação foi divulgada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) nesta sexta-feira (28). A bandeira vermelha patamar 1 (também chamada de

bandeira rosa), definida para agosto, representa um custo extra de R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora consumidos.

A definição leva em conta projeções de chuva na área dos reservatórios das hidrelétricas e de consumo, além de outros fatores. Em julho, a bandeira em vigor era a amarela, com cobrança de R\$ 2 a cada 100 kilowatts-hora consumidos.

As bandeiras começaram a ser cobradas em janeiro de 2015 e servem para cobrir o custo mais alto de gerar energia por meio das usinas termelétricas, quando a falta de chuvas prejudica os reservatórios das hidrelétricas pelo país.

POUCA CHUVA, CONTA MAIS CARA

Quando há pouca chuva, o nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas cai, o que diminui a produção de energia. Para compensar essa queda, o governo manda acionar usinas termelétricas, a carvão, que são mais caras. Foi o que aconteceu no país desde 2013.

Foi criado, então, o sistema de bandeiras tarifárias, uma cobrança extra na conta de luz para bancar esses custos maiores na produção de energia.

Em 2016, a situação melhorou: choveu mais e subiu o volume dos reservatórios das hidrelétricas. Além disso, o consumo das famílias e indústrias caiu, e novas usinas começaram a funcionar.

Por isso, a bandeira foi sendo alterada ao longo do tempo:

- >> Em dezembro do ano passado, vigorou a bandeira verde, sem cobrança de taxa extra;
- >> Em março deste ano, passou a valer a bandeira amarela, com taxa de R\$ 2 a cada 100 kWh;
- >> Em abril, entrou em vigor a bandeira vermelha 1, com taxa de R\$ 3 a cada 100 kWh;
- >> Em junho, voltou a valer a bandeira verde, sem cobrança de taxa extra.
- >> Em julho, vigorou a bandeira amarela, com taxa de R\$ 2 a cada 100 kWh.

A Aneel pede que os consumidores façam o uso eficiente de energia elétrica e combatam os desperdícios.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Maeli Prado**Título:** Governo revê aumento e reduz tributo no etanol por litro

O governo decidiu rever parte do reajuste na alíquota de PIS/Cofins do etanol, o que reduzirá o aumento do imposto por litro em R\$ 0,08.

Em vez de o combustível ficar R\$ 0,32 mais caro por litro, como havia sido anunciado na semana passada, a alta será de R\$ 0,24. Decreto com a redução ainda não havia sido publicado até a conclusão desta edição.

A revisão, feita após forte pressão do setor sucroalcooleiro, não atingirá as altas anunciadas nas alíquotas da gasolina e do diesel.

A medida, segundo pessoas com conhecimento do assunto, fará o governo arrecadar R\$ 501,7 milhões a menos do que o previsto, o que equivale a 5% dos R\$ 10,4 bilhões estimados inicialmente.

Na segunda-feira (24), o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, já havia afirmado que a Receita estava recalculando a elevação da alíquota para o etanol.

Isso porque representantes de produtores argumentaram que a alta da tributação sobre o combustível estava acima do limite legal.

Pela legislação, a alíquota máxima deve ser equivalente a 9,25% do valor médio da venda do etanol ao consumidor nos últimos 12 meses, dependendo do volume comercializado em cada Estado.

Em alguns casos, a alta no etanol furava esse teto.

"A avaliação da Receita Federal é que [o tributo] está no limite da lei. Eu recomendei à Receita Federal que fizesse mais uma vez os cálculos para ter certeza de que está no limite da lei", afirmou o ministro no início da semana.

A alíquota do etanol havia sido aumentada a R\$ 0,13 para o produtor e a R\$ 0,19 para os distribuidores -é sobre este último caso que incidirá a medida, com a redução desse valor para R\$ 0,11.

Até a semana passada, a alíquota do combustível para os distribuidores era zerada. Como há um decreto de 2008 estabelecendo que os produtores não

podem pagar mais que R\$ 0,13, o PIS/Cofins passou a incidir também sobre os distribuidores.

O aumento foi anunciado na semana passada para que o governo pudesse fechar a revisão do Orçamento do ano.

Além da elevação de impostos sobre combustíveis, foram contingenciados, ou represados, R\$ 5,9 bilhões em recursos previstos para 2017.

A maior parte da arrecadação extra com a alta do PIS/Cofins virá da gasolina, cuja alíquota foi dobrada e passou a ser R\$ 0,41 por litro maior.

No caso do diesel, o aumento foi de R\$ 0,21 por litro.

GÁS MAIS CARO

A Petrobras aumentou o preço do GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), em embalagens acima de 13 quilos, entre 7,8% e 8,4%, dependendo do polo de suprimento, informou nesta sexta (28) o Sindigás (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo). A alta vale a partir deste sábado (29).

A embalagem de mais de 13 quilos é usada principalmente consumidores industriais e comerciais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth e Maria Regina Silva

Título: Conta de luz vai ficar mais cara em agosto

Bandeira vermelha será acionada para cobrir custo de geração de usina termoeletrica; tarifa terá taxa extra de R\$ 3 a cada 100kWh consumidos

As contas de luz terão bandeira vermelha no mês de agosto. A decisão foi anunciada ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com a bandeira vermelha, a tarifa de energia terá cobrança adicional no mês que vem, de R\$ 3,00 a cada 100 kWh consumidos. O sistema de bandeiras é atualizado mensalmente pelo órgão regulador, que avalia o preço da energia, o volume de chuvas e a situação dos reservatórios das hidrelétricas em todo o País para tomar uma decisão.

De acordo com a Aneel, houve necessidade de aumento dos gastos de geração de energia previstos para agosto. O custo da usina termoeletrica mais cara a ser

acionada no mês que vem será de R\$ 513,51 por megawatt/hora (MWh) - a usina Bahia 1. O primeiro patamar da bandeira vermelha é acionado quando a energia fica acima de R\$ 422,56 por MWh. "Como o sinal para o consumo é vermelho, os consumidores devem intensificar o uso eficiente de energia elétrica e combater os desperdícios", afirmou a Aneel.

No mês de julho, vigorou a bandeira amarela, que adiciona R\$ 2,00 a cada 100 kWh de consumidos. Em junho, foi acionada a bandeira verde, que não traz custo adicional ao consumidor.

A mudança de bandeira já era esperada por especialistas em energia e por economistas, devido à piora nas condições hidrológicas durante o período seco em todo o País.

Para a consultora sênior da Thymos Energia, Daniela Souza, a quantidade de chuvas que chegam aos reservatórios das hidrelétricas foi menor do que se esperava, principalmente no Sudeste. No fim de agosto, a expectativa é que haja chuvas mais intensas no Sul. A previsão da Thymos é que a bandeira continue vermelha em setembro, mas volte ao nível amarelo em outubro.

Inflação. A bandeira vermelha deve elevar a inflação em 0,07 ponto percentual em agosto. Será mais uma contribuição inflacionária em um mês que será fortemente influenciado pelo aumento dos impostos sobre combustíveis, afirmou o economista Leonardo França Costa, da Rosenberg Associados.

Com isso, a expectativa da Rosenberg para a inflação medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em agosto saiu de 0,52% para 0,59%. "Vamos aguardar para ver se a bandeira vermelha vai vigorar durante todo o ano e como ficarão as previsões para chuvas", disse Costa.

Como a alteração da bandeira-rajá era esperada, o economista manteve a expectativa de 3,4% para o IPCA de 2017, perto do piso da meta, que é de 3%. A projeção já leva em consideração o impacto de cerca de 0,50 ponto percentual previsto da elevação da alíquota de PIS/Cofins sobre combustíveis anunciada no último dia 20.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes e Gustavo Porto

Título: Governo reduz reajuste de imposto sobre o etanol

Alíquota de PIS/Cofins que incide sobre o combustível terá queda de R\$ 0,08 por litro; governo deve deixar de arrecadar R\$ 501,7 milhões.

O governo vai reduzir em R\$ 0,08 o aumento da alíquota de PIS/Cofins que incide sobre o etanol. Segundo apurou o "Estadão/Broadcast", a mudança fará o governo perder R\$ 501,7 milhões na expectativa de arrecadação em 2017 com a elevação do tributo sobre combustíveis (gasolina, diesel e etanol), que cairá de R\$ 10,4 bilhões para R\$ 9,9 bilhões.

Com mais essa baixa de arrecadação, a equipe econômica terá de buscar novas receitas para garantir o cumprimento da meta fiscal, de déficit de até R\$ 139 bilhões.

Na semana passada, o governo anunciou que as alíquotas de PIS/Cofins sobre o etanol passariam de zero para R\$ 0,1964 por litro nas usinas distribuidoras e de R\$ 0,12 para R\$ 0,1309 por litro nas usinas produtoras. Esses reajustes, segundo o Ministério da Fazenda, seriam os máximos permitidos pela legislação. No entanto, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, foi alertado pelo setor de que a mudança teria extrapolado os limites.

Por decreto, o governo reduzirá a elevação na alíquota para o distribuidor de R\$ 0,1964 para R\$ 0,11. A alíquota do tributo para os produtores permanecerá em R\$ 0,1309. Alei prevê que o teto da alíquota deve ser equivalente a 9,25% do preço médio da venda do combustível no varejo. Essa média é apurada de forma ponderada, conforme o volume comercializado em cada Estado e no Distrito Federal nos últimos 12 meses. O setor sucroenergético aponta que as alíquotas ultrapassaram esse teto.

O primeiro alerta para a revisão do aumento do tributo veio do juiz federal substituto da 20.a Vara Federal do Distrito Federal, Renato Borelli. No início da semana, ele suspendeu liminarmente o reajuste do PIS/Cofins para o etanol e também para a gasolina. A decisão foi derrubada em segunda instância e o aumento foi mantido.

Houve, no entanto, entendimento de que existia base legal em um dos pontos sustentados por Borelli, de que o repasse do PIS/Cofins no valor do etanol ao consumidor superou o teto previsto em lei, de 9,25% de reajuste. Em algumas regiões do Brasil onde o biocombustível é mais barato, o aumento chegou a 25%. Postos do interior paulista comercializavam o litro do hidratado a R\$ 2 antes do aumento no tributo e passaram a vender a R\$ 2,50 o litro.

Segundo o presidente do Fórum Nacional Sucroenergético, André Rocha, o recuo no aumento do PIS/Cofins garante o retorno da competitividade do biocombustível sobre a gasolina. "Ao definir isso, (o governo) entende que, mais do que uma questão legal, seja reestabelecido esse diferencial competitivo para o etanol", disse

Segundo o conselheiro da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica) e sócio da consultoria Canaplan, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, o aumento do PIS/Cofins maior para a gasolina e menor para o etanol trouxe uma avaliação errônea de que o biocombustível tinha sido valorizado ante o combustível de petróleo. Mas cálculos apontam que os R\$ 0,20 de diferença entre a alta do tributo cobrado pela gasolina pura nas refinarias e do etanol hidratado nos produtores e nas distribuidoras cairia, na prática, para R\$ 0,10.

Isso ocorre porque a gasolina vendida nos postos é uma mistura com até 27% de etanol anidro, fatia não tributada. Além disso, o álcool hidratado tem eficiência menor, em torno de 70% do combustível de petróleo.

Ação. O PT entrou com uma ação do Supremo Tribunal Federal para barrar o aumento de impostos. Ontem, a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, determinou que a decisão sobre o pedido do partido será tomada pela relatora do caso, ministra Rosa Weber, depois do período de férias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Perdemos uma oportunidade

A política de preços dos combustíveis no Brasil sempre deu sinais econômicos errados para os investidores. Isso porque a tradição foi a de usar esses preços ora como instrumento de política econômica, ora para ajudar a eleger candidatos apoiados pelos governos de plantão. O primeiro mandato da presidente Dilma foi o ápice do populismo usando os preços da gasolina e do diesel. A consequência foi a quebra da Petrobrás e do etanol.

Na época a piada era de que a Petrobrás era a única empresa de petróleo no mundo que, quanto mais vendia gasolina e diesel, mais tinha prejuízo. Quem também pagou uma conta alta por esse populismo de preços foram os produtores de etanol. A política de subsídio ao preço da gasolina e uma política tributária que chegou a zerar a Cide incidente na gasolina tiraram totalmente a competitividade do etanol, levando ao endividamento e à falência uma série de usinas. Nos últimos 10 anos, se deflacionarmos os preços da gasolina e do diesel, verificaremos que o valor real desses preços ao consumidor está em queda. Isto é, embora os preços nominais estejam aumentando nesses 10 anos, a inflação pelo IPCA foi mais alta.

Com o governo Temer, diante da qualidade da equipe econômica e da nova direção da Petrobrás, voltou a esperança do fim da política populista. A presunção é de que agora os preços dos combustíveis acompanhariam as

mudanças do mercado internacional e que passaríamos a ter uma política tributária moderna preocupada com as questões ambientais.

As esperanças começaram a se concretizar quando em outubro de 2016 o presidente da Petrobrás anunciou a nova política de preços, afirmando que a empresa não venderia mais gasolina e diesel abaixo da paridade internacional e que daqui para a frente os reajustes seriam efetuados em intervalos menores de tempo. Essa promessa se tornou realidade e a Petrobrás tem mostrado ao consumidor que gasolina e diesel são produtos como café, açúcar e outras commodities e, portanto, estão sujeitos às variações do mercado internacional.

Entretanto, a esperança de que o governo Temer fizesse a sua parte, estabelecendo uma política tributária preocupada em consolidar um perfil mais limpo da matriz de combustíveis e menos como instrumento para aumentar a arrecadação fiscal do Estado, não se concretizou. O aumento do PIS/Confins na gasolina, diesel e etanol anunciado no último dia 20 deixa claro que mais uma vez os preços dos combustíveis mantiveram a tradição de serem usados, exclusivamente, como instrumento de política econômica.

O governo deveria estabelecer uma política tributária consistente, que desses sinais econômicos corretos para os investidores do setor de combustíveis. A arrecadação seria a consequência, e não a causa. Para isso, o aumento de impostos nunca deveria ser por meio do PIS/Confins, e sim da Cide. A Cide deve ser entendida como um imposto ambiental. Portanto, a sua função é dar competitividade ao etanol, por causa das variações do preço do petróleo.

O preço do petróleo vem caindo desde o final de 2014 e a Cide de R\$ 0,10 no litro da gasolina não mudou desde janeiro de 2015. Mas o erro maior desse anúncio foi, com toda a certeza, aumentar as alíquotas do PIS/Confins do etanol. Ao fazer isso, o governo cometeu dois erros graves. O primeiro foi que mais uma vez mostrou pouca ou nenhuma preocupação com a questão ambiental. O segundo foi o de incentivar a sonegação e uma competição predatória, pelo fato de que, com toda a certeza, algumas distribuidoras de combustíveis não vão recolher PIS/Confins.

O governo perdeu a oportunidade de apresentar ao mercado uma política tributária moderna, que corrigisse as externalidades negativas dos combustíveis fósseis e, ao mesmo tempo, aumentasse a arrecadação. Essa política deveria ter sido implantada de forma gradual desde o início de 2017 acompanhando os reajustes nos preços que a Petrobrás vem promovendo de forma correta, nunca numa única tacada. Faltou sensibilidade política.

É DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Simone Kafruni**Título:** Luz mais cara em agosto

A fatura de energia vai ficar mais cara em agosto. Ontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu acionar o primeiro patamar da bandeira vermelha no mês que vem. Com isso, a tarifa terá cobrança adicional de R\$ 3 a cada 100 quilowatts/hora (kWh) consumidos. Em julho, vigorou a bandeira amarela, com custo extra de R\$ 2 por 100 kWh, e, em junho, a sinalização foi verde, sem acréscimos.

O órgão regulador avalia o volume de chuvas e a situação dos reservatórios das hidrelétricas do país para decidir a cor da bandeira tarifária para cada mês. Conforme a Aneel, como a situação hidrológica não é favorável, haverá necessidade de gerar mais energia termelétrica, a mais cara do mercado, em agosto. O custo da térmica mais cara a ser acionada no mês que vem será de R\$ 513,51 por megawatt/hora (MWh). “Como o sinal para o consumo é vermelho, os consumidores devem intensificar o uso eficiente de energia elétrica e combater os desperdícios”, afirmou a Aneel.

Analista de mercado da Safira Energia, Lucas Rodrigues explicou que existem níveis pré-determinados de custos para acionar as bandeiras. “Para o consumidor pode ser novidade, mas quem acompanha o setor já previa esta elevação porque estamos num período de seca, com projeções de afluências desfavoráveis”, disse.

Quando o custo da energia é inferior a R\$ 211,28 o MWh, a bandeira fica verde, sem custo adicional. Entre esse valor e R\$ 422,56, a sinalização é amarela, com cobrança extra de R\$ 2 amarela. Até R\$ 610, aciona o patamar 2 da vermelha, como ocorrerá em agosto, já que a usina mais cara vai gerar com custo de R\$ 513,51. Acima de R\$ 610, há o segundo patamar da bandeira vermelha, com acréscimo de R\$ 3,50 a cada 100 kWh.

A tendência para os próximos meses, no entanto, não é consenso entre os especialistas. Para a consultora da Thymos Energia, Daniela Souza, não haverá acionamento patamar 2 da bandeira vermelha. “Há perspectiva de chuvas no Sul em agosto e, com isso, pode voltar a bandeira amarela em setembro”, disse.

No entender de Marco Afonso, diretor de consultoria da CGI, a cor vermelha chegou para ficar. “A capacidade dos reservatórios do Nordeste está em 15,6%, muito baixa. No Sudeste e Centro-Oeste, estão em 38,8%. A tendência natural é preservar a água e liberar as térmicas”, destacou. Ele assinalou que, no Nordeste, a energia eólica está batendo recordes de geração diária. “A região está sofrendo

com reservatórios baixos, mas os ventos estão bastante acima da média. Isso compensa um pouco”, avaliou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: S.K.

Título: Governo reduz tributo do etanol

Sob pressão de usineiros, o governo reduziu a alíquota do PIS-Cofins incidente sobre o etanol, que tinha sofrido aumento na semana passada. O valor cobrado sobre as distribuidoras do produto caiu de R\$ 0,1964 para R\$ 0,1109 por litro. A alíquota do produtor continua em R\$ 0,1309. A mudança foi efetivada por meio de decreto publicado ontem em edição extraordinária do Diário Oficial da União.

Com a alteração, o impacto da tributação no preço do combustível ficará em R\$ 0,24 por litro, em vez de R\$ 0,32, como havia sido anunciado. Dessa forma, o produto deve ficar mais barato para o consumidor. Os preços, no entanto, não são controlados, ficando a critério de cada agente econômico cobrar o valor que julgar apropriado.

A medida reduzirá em R\$ 500 milhões a arrecadação esperada pela equipe econômica com a alta do PIS-Cofins, que também atingiu a gasolina e o óleo diesel. Quando anunciou a elevação, o Executivo estimou uma receita extra de R\$ 10,4 bilhões até o fim do ano. A majoração, que provocou uma onda de reclamações de consumidores, foi adotada para ajudar o governo a cumprir a meta de limitar o déficit nas contas federais a R\$ 139 bilhões em 2017.

A revisão não alcançará nem a gasolina nem o óleo diesel, que responderão pela maior parte da arrecadação extra. A gasolina teve a alíquota duplicada e passou a pagar mais R\$ 0,41 por litro. Para o diesel, o aumento foi de R\$ 0,21 por litro.

No caso do etanol, representantes do setor sucroalcooleiro reclamaram que a tributação ficou acima do máximo permitido pela legislação, que é de 9,25% sobre o valor médio de venda ao consumidor nos últimos 12 meses. Para os empresários, isso ocorreu porque a Receita Federal errou nos cálculos ao definir as novas alíquotas do PIS-Cofins.

MME / ASCOM